

# O CONFLITO CIDADE-CAMPO NO PERÍODO HELENÍSTICO

José Roberto Cristofani\*

## Introdução

A arqueologia tem fornecido base material para a análise não apenas da "produção material" de determinados grupos sociais, mas também da evidência de como essa produção se processou, isto é, o "modo de produção" peculiar a uma dada cultura ou grupo social, e ainda como tal sociedade se apropriou dos bens produzidos.

Neste texto pretende-se examinar indícios que ajudem a responder a essas três questões básicas com relação ao período helenístico, ou seja, "o que foi produzido"; "como foi produzido" e "quem se apropriou do que foi produzido". Com isso espera-se delinear os contornos da sociedade da época, mormente da relação entre "campo e cidade".

## Delimitação do estudo

Duas delimitações se fazem necessárias nesta abordagem. A primeira é de caráter temporal e a segunda, de caráter geográfico. Ao se falar de período helenístico deve-se compreender o lapso de tempo que se inicia em 332 a.C., com as conquistas orientais de Alexandre, o Grande, e se prolonga até 63 a.C., com a conquista da Palestina pelos romanos. Quanto à delimitação geográfica, a referência será ao território que se convencionou chamar de Palestina, onde, como poderá ser comprovado, houve uma intensa penetração do helenismo.

## Questão da perspectiva adotada

Para tematizar o conflito campo-cidade de uma perspectiva arqueológica é necessário estabelecer algumas diretrizes básicas quanto ao método adotado, pois deve-se deixar claro como se dá a passagem das "evidências materiais" para as

---

\*Doutor em Antigo Testamento. É professor no Seminário Teológico Reverendo Antônio de Godoy Sobrinho e na UNIFIL, ambos em Londrina

O autor começa por definir o que ele entende por arqueologia, definição que vai nortear todo o seu trabalho sobre essa disciplina. Para ele

"... Arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações no decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade." p. 9 (grifos do autor).

Ele entende cultura como sendo composta de dois elementos inseparáveis: 1) mundo material (artefatos, ecofatos e biofatos); e 2) mundo espiritual (= imaterial, as relações sociais).

Entendendo a arqueologia deste modo, Funari mostra que o "objeto da arqueologia" não coincide com o "objetivo da arqueologia". O "objeto" é a totalidade material, enquanto o "objetivo" é como se aborda essa totalidade material. Isto quer dizer, na prática, que o "objeto arqueológico" pode ser o mesmo em qualquer abordagem, mas o "objetivo arqueológico" pode variar de abordagem para abordagem.

Assim, é possível constatar que, dependendo da abordagem que se adote, os objetivos podem ser fazer da Arqueologia apenas uma *disciplina auxiliar* das outras ciências, como a História, a Sociologia, a Antropologia e assim por diante. Esta é a postura de Uriel Rappaport quando afirma, por exemplo, que

"Os (objetos) podem, entretanto, ser usados para ilustrar uma leitura acadêmica sobre a história do período..."<sup>2</sup>

Ao atribuir à Arqueologia um papel secundário, tal abordagem apenas continua uma linha de pesquisa que se convencionou chamar de "tradicional".

Por outro lado, há abordagens em que a Arqueologia desempenha um papel específico como ciência, por causa do seu "objeto próprio", pois

"A especificidade de cada ciência humana consiste, essencialmente, no seu objeto primário de investigação e nos meios particulares de tratamento desse objeto."<sup>3</sup>

Compreendida deste modo, a Arqueologia tem sua autonomia, possuindo seu próprio instrumental de trabalho e seu próprio quadro epistemológico, de maneira que os seus "objetivos" podem ser delineados autonomamente em relação às outras ciências.

Destarte, o objetivo da Arqueologia, neste caso, estará vinculado, primeiramente, aos próprios pressupostos socioantropológicos, isto é, à pergunta pelo funcionamento e transformações nas sociedades humanas e apenas

---

<sup>1</sup>Arqueologia. Editora Ática, 1988. 85 p. Devido ao propósito deste trabalho, não será discutida, aqui, a questão dos métodos arqueológicos.

<sup>2</sup>Uriel Rappaport, *The Material Culture of the Jews in the Hellenistic-Roman Period*, p. 45

<sup>3</sup>Pedro Paulo Abreu Funari, *op. cit.*, p.16

secundariamente, a outras disciplinas. Isso resulta numa escolha determinada pelo compromisso ou não do pesquisador com esta ou aquela classe social. Tal compromisso pode ser bem exemplificado com a assim denominada "Arqueologia do Proletariado", termo cunhado pelos professores F.E. Dobberahn e V. Hoefelmann<sup>4</sup>, que tomam uma postura ao lado do povo sofrido da América latina.

De fato, Funari diz que

"A Arqueologia nada mais é que uma leitura, um tipo particular de leitura ..."<sup>5</sup>

implicando, assim, numa opção *a priori* dos objetivos da Arqueologia.

Ao tomar os "objetos arqueológicos" com objetivos socioculturais, Funari mostra que os "artefatos" são portadores de índices das relações sociais, isto é, indicam as relações sociais nas quais eles foram produzidos. Os artefatos são, ao mesmo tempo, mediadores de tais relações, ou seja, direcionam as relações de quem entra em contato com eles. Neste ponto se dá a passagem do artefato para as pessoas e suas relações sociais. Para demonstrar tal passagem o autor menciona o caso das ânforas romanas do sec. I d.C., que ilustram bem esta dinâmica dos objetos.

Ao discutir, quanto à questão da relação entre as fontes arqueológicas (artefatos) e as fontes documentais (escritos), se as primeiras apenas serviriam de prova para as segundas, Funari mostra que se trata de níveis diferentes de informação, pois nos artefatos está a concretização e nos escritos, a representação ideológica de uma classe. Assim sendo, é infundada a dicotomia entre uma e outra fonte, no caso da prioridade na ocorrência de discordância entre elas, pois cada qual tem sua especificidade, e sua relação é, antes, de complementaridade do que de subordinação ou contradição.

Como Funari mostra em todo o livro, a opção que se fizer inicialmente determinará todo o trabalho arqueológico, tanto os "objetos" a serem pesquisados quanto os "objetivos" com que eles serão pesquisados, resultando num serviço à manutenção do *status quo* vigente ou numa crítica a ele.

Assim, a cultura material de um povo pode servir de base para uma análise da sociedade deste mesmo povo, sendo possível, portanto, fazer afirmações sociológicas a partir de dados arqueológicos.

---

<sup>4</sup> Redescobrimo as Cruzes lá onde Foram Erguidas: reflexões sobre uma arqueologia do proletariado (Estudos Teológicos 31/1 (1991) 85-100.

<sup>5</sup> Op. cit. p. 22

## O que foi produzido?

O material arqueológico, que pode ser datado da era helenística, provém de diversos sítios arqueológicos da Palestina<sup>6</sup>. No mapa é possível ter uma noção genérica dos sítios nos quais foram encontradas evidências materiais da época em tela.

Essa cultura material pode ser classificada em três grandes grupos<sup>7</sup>:

- I) numismática : que compreende as moedas;
- II) ruínas de monumentos e engenharia civil, que abarcam A) fortificações; B) residências; C) templos e D) monumentos funerários;
- III) artefatos da vida diária, que englobam todo tipo de utensílios de cerâmica.

### I) Numismática

A) Moedas - As que foram encontradas nos sítios da Palestina, seguramente pertencentes ao período helenístico, foram classificadas em dois grupos principais: (cf. anexo 28);

a) moedas ptolomaicas: cunhadas pelos Ptolomeus, nas quais aparecem a "águia" ptolomáica e o retrato real;

b) moedas Yehud (Judá): cunhadas em Judá, cujo modelo é inspirado nas moedas estrangeiras.

À parte o significado destas moedas para o estudo de questões lingüísticas<sup>9</sup>, a sua relevância maior é para a compreensão da sociedade em si. Em termos econômicos, as moedas refletem uma interação entre o mundo helenístico e o judaico, sendo uma relação de subordinação dos últimos aos primeiros, pois, por si só, a cunhagem de moedas nesse período (III e II seco a.C.) não significou a autonomia política dos judeus em relação aos Ptolomeus. Do ponto de vista político, entretanto, as questões fundamentais são duas: a primeira, qual era a posição política do sumo sacerdote por essa época; a segunda, qual era a posição da província da Judéia sob os Ptolomeus?

Sejam quais forem as respostas a essas perguntas, o certo é que não poderão fugir à realidade de que as moedas são um "índice" e "mediadoras" de uma realidade socioeconômica.

---

<sup>6</sup>Mapa em Marie-Christine Halpern-Zylberstein, *The Archeology of Hellenistic Palestine*, p.2

<sup>7</sup>Cf. Robert Harrison, *Hellenization in Syria-Palestine: The case of Judea in the third century BCE*, p. 100 e Marie-Christine Halpern-Zylberstein, *op. cit.*, p. 1

<sup>8</sup>Figuras em Yaakov Meshorer, *Jewish Numismatics*, pp.216-217

<sup>9</sup>Cf. Uriel Rappaport, *op. cit.*, p.45

II) Ruínas e Monumentos<sup>10</sup> - Os sítios arqueológicos da Palestina possuem uma grande diversidade de ruínas e monumentos que podem elucidar muito a vida cotidiana da época helenística.

Relatar cada construção ou sítio tomaria este trabalho desnecessariamente cansativo; por isso, um rápido resumo sobre os monumentos será suficiente para o propósito desta monografia.

Entre os numerosos testemunhos arqueológicos da Palestina as "fortificações" ocupam um lugar destacado na paisagem. Isso é perfeitamente compreensível, sabendo-se que o objetivo dos reis era estabelecer pontos de defesa militar em seu domínio.

Outro tipo de construção que deve ser mencionado é o das "residências". Com a penetração do helenismo as residências orientais sofreram modificações, seja no tamanho seja no estilo. É sobretudo no tamanho que se pode ver a diferença entre as classes sociais. Enquanto a classe abastada morava em casas de até 350m<sup>2</sup>, com grande conforto e ricamente decorada, a classe menos favorecida continuava a habitar casas que mantinham um padrão bem mais simples. As instalações domésticas, como prensa de uva e azeite, oficina de tingimento, lojas, fornos de olaria, entre outras, se constituem em indícios da atividade econômica doméstica.

Os "templos" e as "tumbas" são também indícios arqueológicos que denotam, invariavelmente, opulência e poder por parte de seus construtores e ocupantes, como se pode ler nas inscrições funerárias dos túmulos.

III) Artefatos da vida diária: são constituídos, sobretudo, pela olaria I I, representada por inúmeros artefatos (jarros, panelas, copos, pratos, potes, ânforas, lâmpadas), que testemunham as atividades diárias em âmbito particular e público, econômico e comercial. Entre essa massa de testemunhos arqueológicos, destacam-se, seja pela importância histórica seja pela relevância socioeconômica, os seguintes:

- A) jarros com alças com inscrição YHD (paleo-hebraica) ,descobertos na área de Jerusalém; seus símbolos parecem indicar um selo oficial do governo;
- B) jarros com alça: com um selo circular, que forma uma estrela de cinco pontas, símbolo tradicional do sumo sacerdote, com a inscrição YRSLM;
- C) ânforas: vasos cerâmicos de 40 e 110cm, com alças, selo e, às vezes, inscrição indicando o conteúdo.

<sup>10</sup> Para o que segue cf. Marie-Christine Halpern-Zylberstein, *op. cit.*, pp. 1-34

<sup>11</sup> Marie-Christine Halpern-Zylberstein diz o seguinte sobre a importância da olaria: "*Para o arqueólogo ligado a Palestina, a olaria não é apenas a evidência mais valiosa, mas também o reflexo da evolução da cultura material*". *op. cit.*, p. 28

No caso dos jarros, especialmente os do tipo do item B), esses eram utilizados para a coleta de taxas, enquanto as ânforas serviam para o transporte e armazenamento de diversos produtos. As ânforas variavam na forma e capacidade de acordo com a serventia a que estavam destinadas. Assim, determinadas formas serviam para o vinho, outras para o azeite e assim por diante (tais conclusões são baseadas em análise química de restos desta ânforas). Portanto, a incidência desta ou daquela forma de ânfora nesta ou naquela região poderia indicar os produtos importados ou exportados. Conseqüentemente, poder-se-ia deduzir quais e produtos esta ou aquela região produzia ou importava. Ainda mais, seria possível determinar até mesmo o trabalho daqueles que manipulavam essas ânforas nos armazéns e portos, pois, por serem lacradas, somente pelo aspecto formal é que se podia identificar o conteúdo de cada recipiente, isto é, tal trabalho exigia alguma especialização por parte do trabalhador.

O mesmo pode ser dito quanto aos jarros para coleta de impostos. Através deles se poderia determinar com quais tipos de produto se pagavam as taxas e, conseqüentemente, o que cada região produzia.

Em resumo, as evidências materiais encontradas na Palestina helenística são, em número e representatividade, suficientes para que se possa afirmar que houve uma intensa atividade cultural na região, isto é, uma atividade humana de ação transformadora sobre a natureza. Em outras palavras os testemunhos arqueológicos dão conta de uma intensa produção de bens.

Cabe perguntar, agora, como esses bens foram produzidos e por quem foram apropriados. Disso se ocupará o capítulo seguinte.

### **Como se produziu?**

A produção material de uma sociedade é determinada pelo seu "modo de produção".

Para o período em tela, o "modo de produção" tem a ver com a relação entre o campo e a cidade, pois toda a sociedade da época se construiu a partir e sobre o campo. Certamente que não o foi no sentido em que entende Meyers e Kraabel

*"Em muitos sentidos o período greco-romano pode ser visto como um diálogo entre cidade e vila, entre o urbano e o rural."*<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> *Archaeology, Iconography and Nonliterary written Remains*, p.183

Pelo contrário, a relação entre cidade e campo se caracterizou por um permanente e insolúvel conflito, que pode ser expresso, *grosso modo*, pela expressão "*as cidades eram,... economicamente parasitas do campo*". Portanto, é necessário caracterizar uma e outra entidade para, somente depois, ver como se relacionavam.

## Cidade

A partir de Alexandre, o Grande, o Oriente passou a contar com cidades em diversas regiões. A fundação de cidades obedecia a três propósitos fundamentais, quais sejam: estratégico, econômico e político. Apesar de não se poder dissociar um aspecto do outro, havia ênfase em um dos elementos conforme a localização da cidade.

As cidades podem ser agrupadas na seguinte tipologia.

1. Colônias militares: eram povoadas exclusivamente por gregos, com objetivos, sobretudo, estratégicos (p.ex. Apamea do Orontes).
2. Antigas cidades orientais: eram cidades orientais ocupadas por gregos que recebiam um estatuto político e um nome grego (p.ex. Antíoco IV quis que Jerusalém se chamasse Antioquia).
3. Reconstruídas: cidades destruídas por terremotos ou outro acidente natural, ou mesmo por guerra, em cujo lugar eram reconstruídas outras cidades; neste caso os cidadãos eram transplantados de outras regiões para povoá-la. Além disso, as cidades menores, podiam ser fundidas com outras cidades do mesmo porte (sinoicismo - fusão de cidades).
4. Cidades próximas às grandes capitais orientais: Nestas moravam os elementos "indígenas", naquelas, os gregos (p. ex. Selêucida junto a Babilônia; Ptolomaida junto a Tebas - alto Egito).

## Governo das cidades

O governo das cidades era assimconstituído:

1. Assembléia do povo: composta censitariamente, ou seja, somente pelos cidadãos que possuíam determinada quantia em dinheiro; sua função era exercer os três poderes.
2. "Bulé" e "Gerusia": corpo restrito da Assembléia que tinha a função de executar as deliberações da Assembléia.
3. magistrados: ecônomos, ginasiarcas, estrategos, juizes, polícia, responsáveis pelas festas, entre outros.

4. Politeuma: não era parte do governo da cidade, mas era a chamada "cidade dentro da cidade", isto é, um corpo de estrangeiros, que tinha constituição própria e governo próprio (p.ex. Judeus em Alexandria).

### Serviços "públicos"

Eram os seguintes os serviços "públicos"

1. Provisionamento de trigo: quando da escassez do produto revendiam-no mais barato ou mesmo o doavam;
2. Medicina pública: médico nomeado pela Assembléia e retribuído pela cidade, com um imposto específico para esse fim (iatrikon);
3. Distribuição de água: resguardar as fontes e cisternas da contaminação;
4. Festas e ginásio: diversão e educação.

### Relação com o rei

1. O rei podia dispor da cidade como propriedade, para vendê-la ou presentear-la.
2. O rei nomeava magistrados locais, estrategos e comissários reais. Este último intermediava as relações da cidade com o rei.
3. O rei, via de regra, atuava como árbitro nas cidades, as quais incorporavam a legislação real, que tinha prioridade sobre a local.
4. Havia uma guarnição real estacionada nas cidades e, em caso de necessidade, a cidade alojava as tropas reais.
5. As cidades deviam o "foros" (imposto de responsabilidade coletiva) ao rei; além disso ofereciam ao rei as chamadas "coroas de ouro" por algum benefício recebido da parte deste.

### Campo

O campo não era de forma alguma uma entidade autônoma em relação à cidade, muito pelo contrário, cada cidade tinha uma região ao seu redor, denominada "chora", que era o campo mesmo (cf. anexo 3). Nesta "chora", em geral, prevalecia a cultura e a língua indígena.

A propriedade da terra era distribuída da seguinte forma:

1. Terras reais: os reis possuíam imensas extensões de terra, além de terem o controle das terras sagradas e direito aos impostos das terras cedidas aos militares (cleruquias);



3. Pequenas propriedades: de agricultores livres que possuíam pequenas propriedades.

A implantação das cidades levou a um êxodo rural bastante acentuado, o que obrigou a uma promoção da agricultura através do: 1) aperfeiçoamento de técnicas agrícolas (arado de ferro, máquina de trilhar trigo, moinho de água, prensa de azeite, lagar); 2) aclimação de plantas estrangeiras e 3) irrigação de terras não férteis.

Além disso, para evitar o esvaziamento do campo, foram criadas leis que proibiam, em certas cidades, a permanência do camponês por mais de vinte dias na cidade.

Para aumentar o contingente de lavradores, os cidadãos que eram feitos prisioneiros durante a tomada de alguma cidade eram transformados, à força, em camponeses.

Outras medidas, em diversos lugares, tentavam compensar a despovoação do campo através de: 1) distribuição de terras mediante fracionamento da grande propriedade; 2) abolição de dívidas; 3) assentamentos de novos cidadãos; 4) fragmentação de terras públicas entregues a arrendatários; 5) empréstimos; 6) doações reais.

### **Trabalho na terra**

1. Arrendamentos: as terras eram arrendadas pelos reis, grandes proprietários e templos, para agricultores livres (assalariados);

2. trabalho escravo: ao invés de arrendar, os proprietários utilizavam escravos para produzir

Um exemplo de um arrendamento pode bem ilustrar as condições gerais de trabalho e ganho por parte de quem trabalhava a terra e o rendimento da mesma<sup>13</sup>.

Área: 1 tenência = 10 e 20 aruras (2,5 e 5 ha)

Produção: 10 artabes/arura (1 artabe = 301 de trigo)

Pagamento: 5 artabes para o rei (arrendamento, sementes, impostos)

Sustento: 25 artabes sustentavam 2 pessoas/ano + forragem para o gado

20 aruras alimentavam 4 pessoas/ano

<sup>13</sup> Exemplo de Claire Préaux. *E/Mundo Helenístico - Grécia y Oriente (323-146 a. de C.)*, pp. 268 - 269

Sustento: alimentava de 5 a 10 pessoas/ano

Por outro lado, um soldado recebia em média de 360 a 960 dracmas/ano e um oficial percebia até 3.600 anuais.

A estatística acima mostra que a condição do assalariado era um pouco melhor do que a do arrendatário, mas, se comparada com a dos trabalhadores da cidade, sobretudo os militares, a situação de ambos era de penúria.

### **Cidade x Campo**

Já a estatística de ganhos aponta para uma diferença brutal entre campo e cidade. Mas esta diferença não é apenas salarial, tampouco natural. Tal desproporção no rendimento do agricultor aponta para um problema bem mais grave do que se poderia supor à primeira vista. De fato, o abismo entre os ganhos dos camponeses e o ganho dos cidadãos é reflexo da exploração daqueles por estes.

*A relação entre cidade e campo era de dependência, daquela em relação a este, como ilustra o seguinte texto da petição de Libânio ao imperador romano:*

*Mostra teu interesse, não apenas pelas cidades, senão também pelo campo, ou melhor; pelo campo mais do que pelas cidades, pois aquele é a base sobre qual estas se apóiam. Podemos afirmar que as cidades têm seu fundamento no campo, e este é o embasamento daquela ao proporcionar-lhe trigo, cevada, uvas, vinho, azeite e alimento em geral para os homens e os demais seres vivos. Se não houvesse bois, arados, semente, plantas, rebanhos, nunca haveriam surgido cidades. Efetivamente, um vez que estas surgiram, têm dependido sempre da sorte do campo, e o bem ou mal que lhes acontecem depende dele.<sup>14</sup>*

*Porém, tal relação, é bom que se insista, era de exploração da cidade sobre o campo, como pode ser ilustrado na seguinte citação:*

*As cidades eram parasitas do campo. Suas entradas consistiam sobretudo da rendas que obtinha a aristocracia urbana dos camponeses ... O esplendor da vida cidadina se pagava, em grande medida com a ditas rendas, e nessa mesma medida as aldeias se viam empobrecidas em benefício das cidades ... Os magnatas urbanos se punham em contato com os aldeões apenas em três funções: como arrecadadores de impostos, como policiais ou como proprietários de terra.<sup>15</sup>*

---

<sup>14</sup> citado por G.E.M. de Ste. Croix. *La Lucha de Clases en el Mundo Griego Antigo*, p.30

<sup>15</sup> A.H.M. Jones, citado por Idem, *Ibidem*. p.26

A forma como esta exploração se dava foi percebida de maneira inequívoca pelo médico e escritor Galeano na seguinte passagem:

*Ao passar o verão, os que viviam nas cidades, iam por todas as partes para recolher provisões de grãos em quantidade suficiente para o ano todo, levaram dos campos todo o trigo, assim como toda cevada ... e não deixaram para os camponeses nada mais que os produtos chamados vanias e legumes; e levaram inclusive boa parte deles para a cidade. De modo que a gente que vivia no campo, depois de haver consumido durante o inverno o que havia restado, se viu obrigada a adotar formas insanas de alimentação.*<sup>16</sup>

O autor prossegue dizendo que tipo de alimentos os camponeses eram obrigados a comer e como tal alimentação resultava em muitas enfermidades.

Parece não restar dúvida de que vasta produção material da sociedade no período helenístico se deveu, quase que exclusivamente, à relação entre o campo e a cidade, relação de conflito e exploração.

### **Conclusão**

O propósito deste texto foi verificar como a Arqueologia, como disciplina autônoma, pode evidenciar, através da cultura material, a sociedade que produziu tal cultura. Em outros termos, a pesquisa objetivou, especificamente, delinear a relação entre campo e cidade na Palestina da era helenística, tendo como pressuposto básico que tal relação era de dominação e conflito, conforme já conhecida pelas fontes literárias.

Para realizar tal intento o trabalho levantou dois questionamentos básicos: *o que foi produzido?* e *como foi produzido?* - a partir dos quais se procurou demonstrar a tese proposta.

O quadro teórico sob o qual foi feita a análise foi o proposto pelo arqueólogo Funari em sua obra *Arqueologia*, no qual o autor propõe que a Arqueologia não é uma ciência neutra e que os resultados dependem, em grande medida, das perguntas colocadas pelo pesquisador para serem respondidas pelos testemunhos arqueológicos. Em outras palavras, o que os artefatos podem dizer sobre uma determinada sociedade depende dos "objetivos" formulados *a priori*.

---

<sup>16</sup> Galeano citado por Idem. *Ibidem*. p.27

Como resultado desta análise emergiu um quadro que vem comprovar arqueologicamente o que já era conhecido de outras fontes; porém, não apenas comprovar materialmente mais do que isso, colocar o pesquisador em contato pessoal com o próprio mundo pesquisado, manipular os mesmos artefatos que as sociedades manipularam, ainda que com objetivos diferentes; sentir, enfim, a materialidade da opressão da cidade sobre o campo.

### Bibliografia

- DE STE. CROIX, G.E.M. *La lucha de clases en el mundo griego antiguo*. Barcelona, Editorial Crítica, 1988. 851 p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo, Editora Ática, 1988. 85 p.
- HALPERN-ZYLBERSTEIN, Marie-Christine. *The Archeology of Hellenistic Palestine*. In: DAVIES, W.D. and FINKELSTEIN, Louis (Eds.) *The Cambridge History of Judaism - The Hellenistic Age*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989. Vol. II, pp. 1-34.
- HARRISON, Robert. *Hellenization in Syria-Palestine: The case of Judea in the third century B.C.E.* *Biblical Archaeologist* 57/2 (1994) 98-108.
- KASHER, Aryeh. *Jews and Hellenistic Cities in Eretz-Israel*. Tübingen, J.C.B. Mohr, 1990. 372 p.
- KIPPENBERG, Hans G. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judéia*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1988. 182 p.
- MESHORER, Yaakov. *Jewish Numismatics*. In: KRAFT, Robert A. and NICKELSBURG, George W.E. (eds.). *Early Judaism and its Modern Interpreters*. Philadelphia/ Atlanta, Fortress Press/Scholars Press, 1986. pp. 211-220.
- MEYERS, Eric M. and KRAABEL, A. Thomas. *Archaeology, Iconography, and Nonliterary Written Remains*. In: KRAFT, Robert A. and NICKELSBURG, George W.E. (eds.). *Early Judaism and its Modern Interpreters*. Philadelphia/ Atlanta, Fortress Press/Scholars Press, 1986. pp. 175-210.
- PRÉAUX, Claire. *El Mundo Helenístico - Grécia y Oriente (323-146 a. de C.)*. Barcelona, Editorial Labor, 1984. Tomo Primeiro, 322 p.
- RAPPAPORT, Uriel. *The Material Culture of the Jews in the Hellenistic-Roman Period*. In: TALMON, Shemaryahu (ed.). *Jewish Civi/ization in the Hellenistic-Roman Period*. Philadelphia, Trinity Press International, 1991. pp. 44-49